



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 39 /GG

Teresina (PI), 02 de Agosto de 2017.

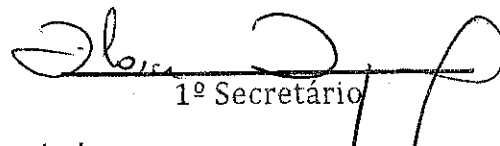
A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 07/08/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,


1º Secretário

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE**, o Projeto de Lei que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação dos materiais de informática apreendidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí"**.

RAZÕES DO VETO

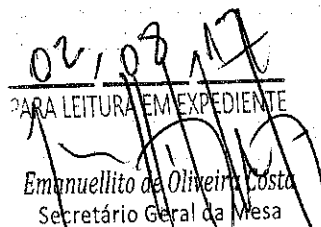
O Projeto de Lei estabelece a obrigatoriedade de distribuição para as escolas da rede pública de ensino dos materiais de informática apreendidos pela Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ (art. 1º, do Projeto de Lei). Dispõe ainda que caberá a Secretaria de Estado da Educação coordenar a distribuição dos materiais que se enquadrem na presente Lei (art. 2º, parágrafo único, do Projeto de Lei)

A Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, por meio do Ofício GSF nº 528/2017, entende pela necessidade de veto ao referido Projeto de Lei pelas razões a seguir esposadas:

"(...) informamos não há previsão legal para apreensão de mercadorias por parte desta Secretaria, a Lei nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989, prevê no Capítulo III, do Título IV, apenas a retenção das mercadorias quando consideradas em situação irregular."

"A referida Lei prevê ainda a posterior devolução ou liberação das mercadorias, após o pagamento do imposto, e somente quando consideradas abandonadas, ou seja, quando o imposto não é recolhido após o trânsito em julgado do auto de infração correspondente, as mercadorias serão adjudicadas à Secretaria de Fazenda e vendidas em leilão na forma do Regulamento do ICMS, Decerto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008."



02/08/17
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

"Ressaltamos que o citado Regulamento prevê a seguinte destinação para os valores arrecadados no leilão:

Art. 1.541 As mercadorias, valores ou bens leiloados poderão gerar:

I – valor superior ao crédito tributário exigido, que será colocado à disposição dos proprietários das mercadorias;

II – valor inferior ao crédito tributário exigido, devendo a diferença ser lançada em dívida ativa, caso o processo seja julgado à revelia ou contra o infrator."

Ademais, este Projeto de Lei estadual está criando atribuição à Secretaria de Educação do Estado do Piauí para coordenar a distribuição dos materiais que se enquadrem na presente Lei (art. 2º, parágrafo único, do Projeto de Lei).

Ao assim fazer, olvidou-se, porém, que a matéria sobre atribuições de órgãos do Poder Executivo Estadual somente pode ser disciplinado por lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, como se depreende do art. 75, § 2º, III, "b", da Constituição Estadual, **verbis**:

"Art. 75

(...)

§2º São de iniciativa do Governador as leis que:

(...)

III - estabeleçam:

(...)

b) criação, estruturação, extinção e **atribuições das Secretarias de Estado e demais órgãos do Poder Executivo.**" (grifo nosso)

Dessa forma, além de contrária ao interesse público, a proposição normativa em apreço apresenta-se inconstitucional por vício de validade formal quanto à deflagração do processo legislativo, uma vez que invade a iniciativa de lei privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

"Art. 78. omissis...

"§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

"§ 2º - omissis..."



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

Por todo o exposto, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei, entendendo-o inconstitucional e contrário ao interesse público, o qual, por determinação constitucional, compete a mim avaliar.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros dessa augusta Assembleia Legislativa.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ